

O TRONCO VELHO DAS CULTURAS BRASILEIRAS: O ÍNDIO NÃO É COMO SE PINTA!¹

Maria Geovanda Batista

Crianças pintadas com tinta guache, corpos seminus, entre uma brincadeira e outra, o grito de guerra: uh uh uh uh. Na lousa a indicação de um texto do livro didático que fala do “descobrimento” do Brasil e de seus primeiros habitantes. Entre frases de efeito comemorativo (viva o índio!), algumas pérolas são ditas para arrematar a história: “os índios no Brasil andavam nus, eram nômades, viviam da coleta e da caça, eram preguiçosos, bárbaros, selvagens, primitivos, antropófagos, comiam carne humana e foram todos, praticamente dizimados, etc. Finalmente uma criança na simplicidade de sua sabedoria indaga: mas, professora, se o índio era tudo isso, por que a gente tem de comemorar o seu dia?”

Salvas as boas exceções que, felizmente, é possível encontrar, foi mais ou menos assim que vivi e presenciei em meus anos de escolarização o “Dia do Índio”. Primeiro, na condição de estudante, segundo, no exercício de minha profissão de educadora. Um aprendizado que ajudou a produzir imagens e autoimagens, a maioria delas feitas de distorções e de puro pré-conceito a ser identificado e desconstruído. Felizmente, essas lições não serviram para me fazer indiferente diante da temática e dos povos indígenas, que mais tarde, aprendi a (re)conhecer, conviver e admirar.

O primeiro equívoco: o que é índio? A rigor, para nós, das Ciências Humanas e Sociais, índio não é uma categoria científica, tampouco, um conceito que se esgota em si mesmo. Índio foi o primeiro equívoco de nossos colonizadores portugueses que na incerteza de onde chegaram com suas caravelas confundiram os nativos brasis com os nativos da Índia.

Na verdade, índio é um termo impreciso para identificar aproximadamente, os mais de seis milhões de habitantes desta terra, distribuídos entre duas mil etnias e povos diferentes. Diferentes em seus idiomas, modos, costumes, saberes e práticas, que coabitavam Pindorama na época em que o Brasil foi “invadido”, pelos europeus, a partir de 1500. Sim, o Brasil não foi descoberto, mas invadido! Quando era criança ficava associando os acontecimentos que se contavam nos livros como expressão do “descobrimento do Brasil” com o medo que me abatia ao imaginar que igualmente, como conta a história, alguém pudesse vir a “descobrir” a minha casa, a rua e a cidade onde morava na infância.

Na verdade, já resistia e tentava ressignificar o termo. Temo que outras crianças tenham se apropriado da expressão para legitimar anseios colonialistas plantados dentro de nós, o(a)s colonizado(a)s históricos. Na verdade, o erro já foi absorvido pela língua, tornou-se uma palavra quase-inquestionável para fazer referência ao que é originário, nativo, tradicional da terra. Mas, esse substantivo não é, nem nunca foi suficiente para identificar a diversidade etnocultural originária constituída de 305 povos de etnias diferentes espalhadas pelo território brasileiro, atualmente. Tampouco, a expressão língua indígena serve para nomear as 274 línguas que são faladas entre os nativos, até os dias de hoje. Do mesmo modo que não serve para nomear as três etnias que restaram das mais de duas dezenas que coabitavam o território do Monte Pascoal e seu entorno mesorregional dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (BA, MG, ES). Refiro-me ao povo Tupinambá (Belmonte), os últimos

¹ Artigo publicado no Jornal Extremo Sul da Bahia em abril de 2008 (revisto).

Tupinikim (Vale Verde em Porto Seguro) e os Pataxó das 21 aldeias existentes nesta região do Extremo Sul baiano.

É preciso não ignorar que, em solo baiano, existem atualmente 23 etnias oficialmente identificadas. O que se sabe desses povos, primeiros habitantes que resistiram bravamente nesta capitania de Porto Seguro, capitania que não prosperou, segundo a história contada pelos colonizadores? Como vivem? O que pensam de nós, seus vizinhos, não-índios? Quais são as suas lutas atuais? Terão assegurado seus territórios imemoriais como prevê a Constituição? Como nós os representamos em nossas conversas e discursos? Questões irrelevantes para muitos, não para nós educadore(a)s que a partir de março deste ano passamos a ser obrigado(a)s a incluir nos currículos e planejamentos de educação a temática da História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira. Que história contar? Que cultura(s) abordar? Refiro-me à Lei Nº 11.645 de 10/03/2008, uma reivindicação conquistada que veio tarde, quinhentos e sete anos após a primeira invasão, vinte anos depois da Constituição Federal, 12 anos após aprovada a LDB.

Eis o reflexo de nossa ignorância, do descaso que passamos a cultivar em relação a nossa própria identidade, a nossa autoestima. Eis o desprezo que sentimos por nossos antepassados brasileiros, troncos velhos de nossa cultura, que irrigam, dão vida e vigor ao nosso modo de ser-brasileiro(a). O mais curioso é que os povos nativos no Estado da Bahia estão presentes em mais de 85% dos municípios baianos se considerarmos os dados do Censo do IBGE do ano 2000. Não têm sido poucos os relatos da presença de crianças indígenas em nossas escolas, inclusive em Teixeira de Freitas, onde segundo esse mesmo censo vivem 800 habitantes autodeclarados indígenas no município. Como assegurar a essas crianças e jovens o direito a uma educação intercultural referenciada nas culturas nativas que irrigam e atravessam nosso *modus vivendi*? Como garantir que não sejam infantilizadas, ridicularizadas, folclorizadas e inferiorizadas em sua identidade, autoimagem e autoestima?

É preciso celebrar nossas diferenças, não sem compreendê-las em sua produção e constituição, para que possamos nos dirigir a nossa porção nativa com o mesmo orgulho com que nos referimos às porções europeias, ainda que de um europeu macho, branco, colonizador, na maioria das vezes, pobre, migrante ou degredado. É preciso nos redescobrir para nos (re)conhecer em toda essa síntese, para quiçá, podermos passar a História de nosso Brasil a limpo e no plural!



Maria Geovanda Batista é professora e coordenadora do Colegiado de História da UNEB em Teixeira de Freitas e coordenadora do Projeto “A Academia Vai à Aldeia” e quanto ao seu sentimento de pertença indígena Kariri fala forte dessa parentada entre as geografias da Paraíba e Ceará. Suas imersões e submersões continuam – ininterruptas nesse poço, lago ou gamela das origens.